



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PESCA
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 13 (TREZE) DO MÊS DE AGOSTO DE 2021 - DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, POR VIDEOCONFERÊNCIA.

Às 15:05 hs, conforme convocação do Presidente, Rodolpho Perissé, enviada por correio eletrônico no dia 11/08/2021, os conselheiros se reuniram, por videoconferência. Sem atingir o quórum necessário para votações, aguardou-se até as 15:11 hs, a alcançar o quórum de 07 (sete) conselheiros; conforme constam da folha de presença, na data e local acima indicado, para aprovar a ata da reunião anterior e debater a pauta única do dia: **1) Análise dos projetos de criação da APA Municipal das Águas de Tucuns e do Parque Municipal da Dunas e Restingas de Tucuns.;**

Na ausência justificada do Presidente, e devido a vacância na vice-Presidência e Secretaria-Executiva, a conselheira Mônica Casarin Foi convidada para coordenar a reunião, colocou a ata da reunião anterior em votação, que foi aprovada por unanimidade, e antes de abrir o debate para a pauta do dia, comunicou que o secretário da pasta, Evanildo Cardoso pediu alguns minutos do tempo inicial para apresentar aos conselheiros mais um processo administrativo ao qual ele gostaria do parecer do CMMA. Passou-se então a palavra para Evanildo que informou a SEAPUR analisa um pedido de instalação de energia elétrica em um imóvel pertencente ao senhor Luciano Oliveira, presente a esta reunião, que foi construído dentro da área da APA do Mangue de Pedras, portanto a concessionária de energia demanda a certidão da secretaria. Segundo o senhor Luciano existem outros imóveis no local os quais tiveram seus relógios (sic) instalados no mês de julho deste ano. A coordenadora aceitou o pedido de análise que será encaminhado à Câmara Técnica de Licenciamento. Findado o assunto, passou-se para o debate da pauta única: **1) Análise dos projetos de criação da APA Municipal das Águas de Tucuns e do Parque Municipal da Dunas e Restingas de Tucuns -** a palavra foi passada para o secretário Evanildo que disse sobre a importância de se criar áreas de proteção na localidade da bacia de Tucuns, que hoje tem cerca de 9.500 moradores, o que é uma grande pressão ambiental sendo necessária uma intervenção do poder público antes que se ocupe tudo. Passou a palavra para o Bernardo Corty, funcionário da Seapur, que apresentou a proposta de projeto de criação do Parque da Dunas e Restingas de Tucuns e da APA das Águas de Tucuns. Disse que a proposta de criação de Unidades de Conservação em Tucuns foi uma proposta da Seapur prevista no seu Plano de Ação Anual, que havia sido aprovado pelo Conselho em fevereiro deste ano; que também segue as diretrizes do Plano Diretor; que o decreto de criação indicará o bem objeto de proteção, fixará sua delimitação, estabelecerá sua classificação e as limitações de uso e ocupação do solo; que a secretaria vem fazendo diversas reuniões com grupos de moradores, reuniões na Câmara de Vereadores e na própria secretaria para debater a implantação dessas UCs.; que também ouviu o seguimento técnico, como a geóloga Katia Mansur, que apresentou suas considerações, inclusive alertando sobre a importância das áreas alagadas da APA das Águas, incluídas em ZOC 2 recomendando a readequação da ocupação nessas áreas para sua efetiva proteção; que devem que a APA terá seu conselho consultivo e Plano de Manejo o mais rápido possível, após sua criação. Findada a explanação, abriu-se o debate para os participantes. O arquiteto Roberto Bloch pediu a palavra para dizer que o projeto das UCs poderia ser mais amplo, incluindo um planejamento urbano de toda a bacia de Tucuns servindo de orientação para a criação da APA; e defendeu a criação de um Parque na região dos alagados, com a instalação de equipamentos de lazer em seu entorno criando uma mobilidade mais ampla para a população; lembrando do seu próprio projeto para a região, que incluía uma série de propostas urbanísticas e ambientais. Evanildo pediu a palavra para dizer que Bloch, que participa da equipe da Seapur, poderia ter levado essa posição nas discussões internas da equipe, mas que sua opinião é importante e as duas coisas podem ocorrer paralelamente, sem impedimento entre elas; que precisa-se começar de algum ponto e que já se está fazendo o saneamento do Capão, com 6 km de rede separativa de esgotamento sanitário e drenagem e que a delimitação da APA buscou cobrir toda a bacia de Tucuns. A conselheira Mônica Casarin pediu a palavra para dizer iria apresentar alguns questionamentos levantados por ela e pela conselheira



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PESCA
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Denise Morand - que não pode estar presente na reunião. O primeiro questionamento foi o motivo de ter deixado a área do hotel Brezes de fora da delimitação do Parque das Dunas e Restinga; o segundo seria porque não foram demarcadas as áreas de APP que estão dentro da APA das Águas e, por último, perguntou se a APA já vai nascer com um Conselho Gestor. O senhor Vinicius Messina, representante da Apendema, pediu uma questão de ordem, sugerindo as respostas dos questionamentos apresentados fossem dadas pelos gestores ao final da reunião; não tendo oposição a sugestão, assim foi feito. Passou-se então a palavra para o senhor Vinicius que disse concordar com os argumentos do Roberto Bloch; que tem micro bacias com áreas de preservação permanente com legislação que regulam o uso de solo; que a mudança de zoneamento não irá resolver os problemas da APA; que irá criar confusão sobre o cumprimento do TAC entre MP e Brezes e que não adianta correr para criar Unidade de Conservação sem antes fazer a revisão do Plano Diretor, pois o zoneamento irá depender dele. A representante da OAB/BZ, Carolina Mazzieri pediu e disse ter o mesmo questionamento sobre a falta de inclusão no Parque da área do Brezes; perguntou se o MPF e o MPE já se manifestaram oficialmente sobre essa questão do TAC com o Brezes; se seria possível fazer o redesenho das UCs incluindo as sugestões de urbanização e mobilidade levantadas pelo Roberto Bloch e se as preocupações da professora Katia Mansur, de proteger mais as áreas de inundação, serão incluídas na proposta. O senhor Carlos Muniz pediu a palavra para sugerir que os conselheiros façam uma visita na área já que aquela área é bem complexa, extremamente perigosa e uma dinâmica de ocupação acelerada, aterrando áreas úmidas com potencial de virar a maior favela de Búzios; e o único mecanismo de conseguir fazer uma intervenção em áreas assim é buscando o diálogo com a comunidade, e para delimitar uma UC é preciso evitar a judicialização. A palavra foi passada para o conselheiro Augusto Pascoal que perguntou o andamento da formação dos Conselhos das APAs, se alguns deles teria prioridade de criação. A senhora Cláudia Valente, representante da Apedema, pediu a palavra para dizer que concorda com Muniz que proteção do meio ambiente se faz em loco. Que ela não conhece a área, mas pelos documentos que teve acesso também questiona a ausência da área dos Brezes na delimitação do Parque das Dunas; e se coloca à disposição para qualquer apoio jurídico. Nesse momento se iniciou um debate entre os presentes se o TAC ainda é válido ou não, tendo o secretário Evanildo afirmado que segundo notificação do INEA o TAC ainda estaria validado. Ficou decidido então que o secretário iria repassar esta notificação para o conselheiros, que levariam esse questionamento ao MPF. Passou-se então a palavra para o secretário Evanildo Nascimento responder os questionamentos. Sobre a questão da área do Brezes ter ficado de fora do Parque, explicou que a decisão foi baseada para trazer a menor oneração possível ao município e ali já se consolidou o fato consumado, adquirindo, teoricamente, o direito de indenização, já que oficialmente eles tiveram autorização para construir, e caso a justiça venha a decidir pela demolição no futuro a área poderá ser incluída no Parque. Sobre a questão do zoneamento e a revisão do Plano Diretor, o secretário diz que não há nenhuma resistência à revisão do PD, porém a questão é do tempo pela pressão de ocupação que os bairros da bacia sofrem; e que não há fiscal que contenha essa pressão, sendo a solução buscada pela secretaria o diálogo com a comunidade e que ele não impede a criação da UC; que estão tentando controlar a ocupação e aterramento dos espelhos d'água, porém esses corpos hídricos não foram demarcados pelo INEA e nem suas FMP (faixa marginal de proteção), então para a comunidade que já tem suas terras ali, não é simples entenderem que são APP; e quanto à proposta de urbanização e mobilidade é possível se fazer, desde que tenha-se o cuidado de ir ao local e revisar as propostas; e quanto a criação dos conselhos gestores das APAs, disse que tem que já estão fazendo os preparativos para se fazer os conselhos gestores e a também a elaboração dos Planos de Manejo. Nesse momento, às 17:06 a sala de reunião foi encerrada pela plataforma utilizada, impossibilitando a finalização oficial da reunião, da qual foi lavrada presente ata por Mônica Casarin Fernandes Elsen, e que vai assinada por mim e pelo presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Rodolpho Perissé – Presidente

Mônica Casarin F. Elsen, secretária Ad hoc